



PODER

Férias canceladas para tratar pauta econômica

Haddad adia período de descanso para discutir com Lula as demandas de 2025, como a aprovação do Orçamento. Ministro diz que governo vai aguardar a eleição das presidências da Câmara e do Senado para iniciar a discussão de alteração no IR

» RAFAELA GONÇALVES
» VICTOR CORRÊIA

Ricardo Stuckert/PR



Haddad com Lula: governo sofre pressão do mercado por causa do pacote de corte de gastos, considerado insuficiente para ajustar as contas

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva suspendeu as férias do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e o convocou para uma reunião, ontem, no Palácio do Planalto. O chefe da equipe econômica tinha iniciado o período de descanso na quinta-feira.

Após o encontro com o presidente, Haddad afirmou a jornalistas que a reunião se deu para o encaminhamento das pautas do ano. Segundo ele, a lei orçamentária de 2025, que está pendente de votação no Congresso, foi o tema principal.

“A prioridade agora é votar o Orçamento”, destacou. “Fui apresentar para ele o planejamento do Ministério da Fazenda, já agendando reuniões futuras, inclusive, prevendo a instalação dos trabalhos legislativos, e começamos o primeiro despacho do ano”, disse.

O Orçamento de 2025 não foi votado pelo Legislativo, no fim do ano passado, em razão da tramitação acelerada do pacote de corte de gastos enviado pelo governo. À época, o relator da Lei Orçamentária Anual (LOA), senador Angelo Coronel (PSD-BA), afirmou que era necessário mais tempo para analisar os impactos das mudanças sobre emendas parlamentares e das medidas fiscais.

Os projetos foram promulgados às vésperas do recesso de Natal e, por isso, não tinham entrado no projeto de Orçamento. Sem a peça aprovada, o governo começa o ano com algumas restrições. O Executivo só pode gastar 1/12 do que consta da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) por mês até que a Lei Orçamentária seja aprovada e sancionada.

A expectativa otimista do governo era de que a LOA fosse votada em fevereiro. Ao **Correio**, interlocutores do relator

Cerimônia

Por ordem do presidente Lula, todos os ministros devem estar presentes no ato em memória dos dois anos dos ataques de 8 de janeiro, nesta quarta-feira.

afirmaram que o mais provável é que a apreciação fique para depois do carnaval, a depender dos arranjos na volta do recesso parlamentar.

Haddad, por sua vez, reconheceu uma eventual demora para a retomada dos trabalhos

no Legislativo. “O começo do ano tem sempre uma execução mais lenta mesmo, ordinariamente, mas temos que discutir com o relator para ajustar o Orçamento às perspectivas do arcabouço fiscal e das leis que foram aprovadas no final do ano passado”, argumentou o chefe da equipe econômica.

A princípio, Haddad entraria novamente de férias entre 10 e 21 de janeiro. No período, o ministro se dedicaria a acompanhar a recuperação da esposa, Ana Estela Haddad, que passou por uma cirurgia. Porém, como ela se recuperou bem, o titular

da Fazenda pôde cancelar as férias, que serão remar cadas mais para a frente.

Dólar

O ministro retorna em meio a pressões do mercado financeiro sobre o pacote de corte de gastos, que foi considerado insuficiente para ajustar as contas públicas. Além disso, o governo enfrenta uma perspectiva desafiadora para a economia neste ano, com previsões de aumento da inflação e dos juros e desaceleração do crescimento, além da elevação do dólar acima do patamar de R\$ 6.

Ele negou a possibilidade de aumento do Imposto Sobre Operações Financeiras (IOF) sobre a saída de dólares do Brasil como medida para conter a alta da moeda norte-americana, rumor que vem se espalhando no mercado financeiro.

“A questão do dólar, a gente precisa entender isso como uma coisa que tem um processo de acomodação natural. Nós tivemos um estresse no final do ano passado, no mundo todo, e temos aqui um estresse também no Brasil”, frisou. “Hoje mesmo, o presidente eleito dos Estados Unidos (Donald Trump) deu

» Retorno depois da cirurgia

A reunião de ontem com o ministro Fernando Haddad marcou o retorno do presidente Lula ao Palácio do Planalto. Ele estava fora da sede do governo desde 9 de dezembro, quando teve de viajar às pressas a São Paulo para tratar de um sangramento intracraniano. O chefe do Executivo passou por duas cirurgias e ficou na capital paulista se recuperando até 19 de dezembro. Depois, descansou no Palácio da Alvorada e na Granja do Torto, e teve alguns compromissos de trabalho nas residências oficiais.

declarações moderando determinadas propostas que foram feitas ao longo da campanha, é natural que as coisas se acomodem. Mas não existe discussão de mudar o regime cambial no Brasil nem de aumentar imposto com esse objetivo. Estamos recompondo a base fiscal por meio das propostas que estão sendo endereçadas ao Congresso Nacional”, acrescentou.

Haddad informou também que o governo vai aguardar a eleição da presidência da Câmara dos Deputados e do Senado para iniciar a discussão da reforma da renda. No final do ano passado, a pasta identificou inconsistências no projeto, que está em fase de elaboração pelo Executivo. Questionado sobre a situação da proposta, o ministro afirmou que aguarda um retorno da Receita Federal. “A Receita não rodou o novo modelo ainda, porque nós estávamos terminando o ano com muitas coisas, mas isso já deve ficar pronto nos próximos dias”, explicou.

Sem pagamento de emendas

» ISRAEL MEDEIROS

Depois de meses de articulações entre o Executivo e o Congresso e uma série de decisões do Supremo Tribunal Federal (STF), as emendas parlamentares continuam a ser um problema para o governo Lula em 2025. A menos de um mês para o início de novas gestões na Câmara e no Senado — os novos presidentes serão eleitos — e com votações importantes pela frente, o Executivo ainda não pagou nada dos quase R\$ 40 bilhões previstos no Projeto de Lei Orçamentária Anual para as emendas.

Sem Orçamento em vigor, o governo só pode gastar a cada mês 1/12 avos do previsto e não é possível que o Congresso apresente novas emendas à peça orçamentária, já que ela ainda não entrou em vigor. Dois dos principais portais de acompanhamento da execução orçamentária: o Siga Brasil, do Senado; e o Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento exibiam, até ontem à noite, dados zerados para 2025. A falta de pagamentos este ano

foi confirmada ao **Correio** pela Secretaria de Relações Institucionais (SRI) do governo federal.

“Esclarecemos que, após 31 de dezembro de 2024, não foram realizados pagamento de emendas. Cabe ressaltar, no caso das emendas, que vários órgãos entraram em 2025 com um limite financeiro remanescente de 2024, o que lhes permitirá efetuar alguns pagamentos emergenciais de restos a pagar, desde que observadas as decisões judiciais e as normas sobre a execução de emendas parlamentares”, explicou a SRI em nota.

Janeiro, em geral, é um mês “morto” no que se refere ao pagamento de emendas. Sem atividade no Congresso, a liberação normalmente é mais lenta e consiste, basicamente, na destinação de valores remanescentes dos anos anteriores. Em 2025, no entanto, além do impedimento de emendar o orçamento, há decisões judiciais travando o pagamento dos recursos, o que deve reverberar ao menos até fevereiro, quando o Congresso volta aos

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



trabalhos e o governo terá que reabrir os cofres para garantir a aprovação de projetos.

A relação do governo com a nova liderança do Legislativo e a possibilidade de conseguir votos dependerão, principalmente, da capacidade de pagar emendas, além da distribuição de cargos na Esplanada. A reforma

ministerial, que pode sair ainda neste semestre, também será crucial para acomodar aliados de lideranças no Congresso.

Judiciário

Já no recesso do Judiciário, o ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF),

bloqueou valores bilionários em emendas indicadas no ano passado por líderes da Câmara e do Senado e exigiu mais transparência, em outro capítulo do jogo de empurra-empurra que começou ainda em agosto e que resultou no bloqueio, por três meses, de todos os pagamentos de emendas impositivas.

A relação do governo com a nova liderança do Legislativo e a possibilidade de obter votos dependerão, principalmente, da capacidade de pagar emendas

Depois de ter liberado os pagamentos em dezembro, Dino fez novos bloqueios. Já no recesso do Judiciário, o ministro mandou suspender o pagamento de R\$ 4,2 bilhões em valores indicados pela Casa Baixa (parte do montante já foi liberado) e outros R\$ 2,5 bilhões indicados pelo Senado.

O maior problema, na visão do ministro, foi a falta de rastreabilidade do dinheiro. Os valores bloqueados no fim do ano são referentes a emendas de comissão, cuja aprovação é feita de forma colegiada. Ambas as Casas, no entanto, fizeram as indicações por meio dos líderes partidários, algo que Dino considerou irregular.

Outro problema apontado por Dino está nos valores destinados a Organizações Não Governamentais (ONGs). Em 3 de janeiro, o ministro suspendeu os pagamentos a 13 organizações que não cumpriam critérios de transparência exigidos pela Corte. O bloqueio foi fruto de uma auditoria feita pela Controladoria-Geral da União (CGU) a pedido do magistrado.